

## REQUERIMENTO Nº , DE 2016 (Da Sra. Carmen Zanotto)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as políticas de assistência social, saúde e educação para as pessoas com transtorno do espectro autista adulta.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debatermos a realidade das pessoas adultas com transtorno do espectro autista severo, pois se observa, a partir dessa fase, uma ruptura das políticas públicas ofertadas a esse segmento da população, num processo gravíssimo de acelerada deterioração dos direitos e garantias fundamentais - realidade que reclama atenção urgente de nosso Estado Democrático de Direito. Para tanto, solicita a presença das seguintes autoridades:

- 1. Titular da Secretaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, responsável pelas políticas da assistência social às pessoas com deficiência adulta, em especial as referentes ao Centro-Dia e a Residência Inclusiva.
- 2. Titular da Secretaria de Direitos Humanos
- 3. Adriana Alves, Especialista em Educação e Coordenadora do Programa Desabafo Autista& Asperger
- 4. Renata Tibyriça, Defensora Pública do Estado de São Paulo
- 5. Participante a ser designado posteriormente.
- 6. Participante a ser designado posteriormente.



## **JUSTIFICATIVA**

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento que se caracteriza por comprometimento na socialização, nas habilidades de comunicação e no comportamento social. Infelizmente, ainda não há dados oficiais acerca do número de pessoas com autismo no Brasil, mas estima-se ao menos que haja dois milhões de brasileiros nessa condição, conforme estatística adotada pela Organização Mundial de Saúde.

Apesar dos avanços legais, as pessoas com autismo severo ainda convivem com o abandono de políticas públicas e da garantia de seus direitos fundamentais, situação extremamente agravada na fase adulta, em que se vivencia uma ruptura das políticas públicas num processo paulatino de vulnerabilidade e invisibilidade social.

É importante ter claro que todas as deficiências, inclusive o autismo severo, manifestam, em última análise, a própria diversidade da condição humana, a qual, em nosso ordenamento jurídico, recebe as mais elevadas garantias constitucionais.

Evidente que a efetivação dos direitos, ainda mais diante de tantas particularidades, desafia o Estado e a maquina pública a realizarem processos e políticas capazes de conferir sua realização. Contudo, é inconcebível que tais adversidades justifiquem a ausência da ação estatal, quando ao contrário se impera a necessidade de maior eficiência, eficácia e transparência das políticas públicas, seja diretamente pelo Estado ou com a colaboração das entidades do terceiro setor.

Sala de Reuniões,

de maio de 2016.

Deputada Carmen Zanotto PPS/SC